

**No. 205**

---

**BRAZIL  
and  
BOLIVIA**

**Extradition Treaty. Signed at Rio de Janeiro, on 25 February 1938**

*Official texts : Portuguese and Spanish.*

*Filed and recorded at the request of Brazil on 16 May 1950.*

---

**BRÉSIL  
et  
BOLIVIE**

**Traité d'extradition. Signé à Rio-de-Janeiro, le 25 février 1938**

*Textes officiels portugais et espagnol.*

*Classé et inscrit au répertoire le 16 mai 1950, à la demande du Brésil.*

## PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS

No. 205. TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O BRASIL  
E A BOLÍVIA

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Junta Militar do Governo da Bolívia, animados do desejo de tornar mais eficaz a cooperação dos respectivos países na luta contra o crime, resolveram celebrar um tratado de extradição e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber :

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Doutor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil;

O Presidente da Junta Militar de Governo da Bolívia, o Senhor Doutor Alberto Ostria Gutiérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil;

Os quais, depois de haverem exibido os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte :

*Artigo primeiro*

As Altas Partes Contratantes obrigam-se, nas condições estabelecidas pelo presente Tratado e de acordo com as formalidades legais vigentes em cada um dos dois países, à entrega recíproca dos indivíduos que, processados ou condenados pelas autoridades judiciárias de uma delas, se encontrarem no território da outra.

Quando o indivíduo for nacional do Estado requerido, este não será obrigado a entregá-lo.

§ 1.º) Não concedendo a extradição do seu nacional, o Estado requerido ficará obrigado a processá-lo e julgá-lo criminalmente pelo fato que se lhe impute, se tal fato tiver o caráter de delito e for punível pelas leis penais.

Caberá nesse caso ao Governo reclamante fornecer os elementos de convicção para o processo e julgamento do inculpado; e a sentença ou resolução definitiva sobre a causa deverá ser-lhe comunicada.

§ 2.º) A naturalização do inculpado, posterior ao fato delituoso que tenha servido de base a um pedido de extradição, não constituirá obstáculo a esta.

SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL

No. 205. TRATADO DE EXTRADICIÓN ENTRE EL BRASIL Y BOLIVIA

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la Junta Militar de Gobierno de Bolivia, animados del deseo de hacer más eficaz la cooperación de los respectivos países en la lucha contra el crimen, han resuelto celebrar un tratado de extradición y, para ese fin, han nombrado sus Plenipotenciarios, a saber :

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, al Doctor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil;

El Presidente de la Junta Militar de Gobierno de Bolivia, al Doctor Alberto Ostría Gutiérrez, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Bolivia en el Brasil;

Los cuales, después de haber exhibido sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, acordaron lo siguiente :

*Artículo primero*

Las Altas Partes Contratantes se obligan, en las condiciones establecidas por el presente Tratado y de acuerdo con las formalidades legales vigentes en cada uno de los dos países, a la entrega recíproca de los individuos que, procesados o condenados por las autoridades judiciales de una de ellas, se encuentren en el territorio de la otra.

Cuando el individuo sea nacional del Estado requerido, éste no estará obligado a entregarlo.

§ 1.º) No habiendo concedido la extradición, de su nacional, el Estado requerido quedará obligado a procesarlo y juzgarlo eriminalmente por el hecho que se le impute, si ese hecho tuviera carácter de delito y fuera punible de acuerdo con sus leyes penales.

En ese caso, al Gobierno reclamante le corresponderá proporcionar los elementos de convicción para el procesamiento y juzgamiento del inculpado; y la sentencia o resolución definitiva sobre la causa deberá serle comunicada.

§ 2.º) La naturalización del inculpado, posterior al hecho delictuoso que haya servido de base para el pedido de extradición, no constituirá obstáculo para ésta.

### *Artigo II*

Autorizam a extradição as infrações a que a lei do Estado requerido imponha pena de um ano ou mais de prisão, compreendidas não só a autoria ou a co-autoria, mas também a tentativa e a cumplicidade.

### *Artigo III*

Não será concedida a extradição :

a) quando o Estado requerido for competente, segundo suas leis, para julgar o delito;

b) quando, pelo mesmo fato, o delinquente já tiver sido ou esteja sendo julgado no Estado requerido;

c) quando a ação ou a pena já estiver prescrita, segundo as leis do Estado requerente ou requerido;

d) quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção;

e) quando o delito for puramente militar ou político, ou de natureza religiosa ou se referir à manifestação do pensamento nesses assuntos.

§ 1.º) A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição, se o fato constitui principalmente infração da lei penal comum.

Neste caso, concedida a extradição, a entrega do extraditando ficará dependente do compromisso, por parte do Estado requerente, de que o fim ou motivo político não concorrerá para agravar a penalidade.

§ 2.º) Não serão reputados delitos políticos os fatos delituosos que constituírem franca manifestação de anarquismo ou visarem subverter as bases de toda organização social.

§ 3.º) A apreciação do caráter do crime caberá exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

### *Artigo IV*

Quando a infração se tiver verificado fora do território das Altas Partes Contratantes, o pedido de extradição poderá ter andamento se as leis do Estado requerente e as do Estado requerido autorizarem a punição de tal infração, nas condições indicadas, isto é, cometida em país estrangeiro.

### *Artigo V*

O pedido de extradição será feito por via diplomática, ou, por exceção, na falta de agentes diplomáticos, diretamente, isto é, de Governo a Governo; e será instruído com os seguintes documentos :

a) quando se tratar de simples acusados : cópia ou traslado autêntico

*Artículo II*

Autorizan la extradición las infracciones a las que la ley del Estado requerido imponga la pena de un año o más de prisión, tanto para los autores o copartícipes como para los cómplices y responsables de tentativa.

*Artículo III*

No será concedida la extradición :

a) Cuando el Estado requerido sea competente, según sus leyes, para juzgar el delito;

b) Cuando, por el mismo hecho, el delincuente ya hubiera sido o esté siendo juzgado en el Estado requerido;

c) Cuando la acción o la pena ya estuviera prescrita, según las leyes del Estado requirente o del requerido;

d) Cuando la persona reclamada tuviera que comparecer, en el Estado requirente, ante un tribunal o juzgado de excepción;

e) Cuando el delito sea puramente militar o político, o de naturaleza religiosa, o se refiera a la manifestación del pensamiento en esos asuntos.

§ 1.º) La alegación del fin o motivo político no impedirá la extradición si el hecho constituye, principalmente, una infracción de la ley penal común.

En este caso, una vez concedida la extradición, la entrega del inculcado dependerá del compromiso, por parte del Estado requirente, de que el fin o motivo político no concurrirá para agravar la penalidad.

§ 2.º) No serán reputados delitos políticos los hechos delictuosos que constituyan franca manifestación de anarquismo o se propongan subvertir las bases de toda organización social.

§ 3.º) La apreciación del carácter del crimen corresponderá exclusivamente a las autoridades del Estado requerido.

*Artículo IV*

Cuando la infracción se hubiera verificado fuera del territorio de las Altas Partes Contratantes, el pedido de extradición será procedente si las leyes del Estado requirente y las del Estado requerido autorizaren el castigo de tal infracción en las condiciones indicadas, esto es, cuando se hubiera realizado en país extranjero.

*Artículo V*

El pedido de extradición se hará por vía diplomática o, por excepción, a falta de agentes diplomáticos, directamente, esto es, de Gobierno a Gobierno; y será acompañado de los siguientes documentos :

a) cuando se trate de simples acusados : copia o traslado auténtico

do mandado de prisão ou ato do processo criminal equivalente, emanado de juiz competente;

b) quando se tratar de condenados : cópia ou traslado autêntico da sentença condenatória.

Essas peças deverão conter a indicação precisa do fato incriminado, o lugar e a data em que foi o mesmo cometido, e ser acompanhadas de cópia dos textos das leis aplicáveis a espécie e das referentes à prescrição da ação ou da pena, bem como de dados ou antecedentes necessários para comprovação da identidade do indivíduo reclamado.

§ 1.º) As peças justificativas do pedido de extradição serão, quando possível, acompanhadas de sua tradução, na língua do Estado requerido.

§ 2.º) A apresentação do pedido de extradição por via diplomática constituirá prova suficiente da autenticidade dos documentos apresentados em seu apoio, os quais serão, assim, havidos por legalizados.

#### *Artigo VI*

Sempre que o julgarem conveniente, as Partes Contratantes poderão solicitar, uma à outra, por meio dos respectivos agentes diplomáticos ou diretamente, de Governo a Governo, que se proceda à prisão preventiva do inculcado, assim como à apreensão dos objetivos relativos ao delito.

Esse pedido será atendido, uma vez que contenha a declaração de existência de um dos documentos enumerados nas letras *a* e *b* do artigo precedente e a indicação de que a infração cometida autoriza a extradição, segundo este Tratado.

Nesse caso, se dentro do prazo máximo de sessenta dias, contados da data em que o Estado requerido receber a solicitação da prisão preventiva do indivíduo inculcado, o Estado requerente não apresentar o pedido formal de extradição, devidamente instruído, o detido será posto em liberdade, e só se admitirá novo pedido de prisão, pelo mesmo fato, com o pedido formal de extradição, acompanhado dos documentos referidos no artigo precedente.

#### *Artigo VII*

Concedida a extradição, o Estado requerido comunicará imediatamente ao Estado requerente que o extraditando se encontra à sua disposição.

Se dentro de sessenta dias, contados de tal comunicação, o extraditando não tiver sido remetido ao seu destino, o Estado requerido, dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pela mesma causa.

#### *Artigo VIII*

O Estado requerente poderá enviar ao Estado requerido, com prévia aquiescência deste, agentes devidamente autorizados, quer para auxiliarem o reconhecimento da identidade do extraditando, quer para o conduzirem ao território do primeiro.

del mandato de prisión o acto de proceso eriminal equivalente, emanado del juez competente;

b) cuando se trate de condenado: copia o traslado auténtico de la sentencia condenatoria.

Esas piezas deberán contener la indicación precisa del hecho incriminado, el lugar y la fecha en que el mismo fué realizado, y estarán acompañadas de la copia de los textos de las leyes aplicables al caso y de los referentes a la prescripción de la acción o de la pena, así como de los datos o antecedentes necesarios para comprobar la identidad del individuo reclamado.

§ 1.º) Las piezas justificativas del pedido de extradición serán, en lo posible, acompañadas de su traducción en la lengua del Estado requerido.

§ 2.º) La presentación del pedido de extradición por vía diplomática constituirá prueba suficiente de la autenticidad de los documentos presentados en su apoyo, los cuales serán considerados como legalizados.

#### *Artículo VI*

Siempre que lo juzguen conveniente, las Partes Contratantes podrán solicitar, por medio de los respectivos agentes diplomáticos o directamente, de Gobierno a Gobierno, la prisión preventiva del inculpado, así como la aprehensión de los objetos relativos al delito.

Ese pedido será atendido, siempre que contenga la declaración de la existencia de uno de los documentos enumerados en las letras *a* y *b* del artículo precedente y la indicación de que la infracción cometida autoriza la extradición, según este Tratado.

En ese caso, si dentro del plazo máximo de sesenta días, contados de la fecha en que el Estado requerido reciba la solicitud de prisión preventiva del individuo inculpado, el Estado requirente no presentará el pedido formal de extradición, debidamente instruído, el detenido será puesto en libertad, y sólo se admitirá un nuevo pedido de prisión por el mismo hecho con el pedido formal de extradición, acompañado de los documentos referidos en el artículo precedente.

#### *Artículo VII*

Concedida la extradición, el Estado requerido comunicará inmediatamente al Estado requirente que el inculpado se encuentra a su disposición.

Si dentro de los sesenta días, contados de tal comunicación, el inculpado no hubiera sido remitido a su destino, el Estado requerido lo dejará en libertad y no lo detendrá nuevamente por la misma causa.

#### *Artículo VIII*

El Estado requirente podrá enviar al Estado requerido, con previa aquiescencia de éste, agentes debidamente autorizados, ya para auxiliar el reconocimiento de la identidad del inculpado, ya sea para conducirlo al territorio del primero.

Tais agentes, quando no território do Estado requerido, ficarão subordinados às autoridades deste, mas os gastos que fizerem correrão por conta do Governo que os tiver enviado.

#### *Artigo IX*

A entrega de um indivíduo reclamado ficará adiada, sem prejuízo da efetividade da extradição, quando grave enfermidade intercorrente impedir que, sem perigo de vida, seja ele transportado para o país requerente, ou quando ele se achar sujeito à ação penal do Estado requerido, por outra infração, anterior ao pedido de detenção.

#### *Artigo X*

O indivíduo, que, depois de entregue por um ao outro dos Estados contratantes, lograr subtrair-se à ação da justiça e se refugiar no território do Estado requerido, ou por ele passar em trânsito, será detido, mediante simples requisição diplomática ou consular, e entregue, de novo, sem outras formalidades, ao Estado, ao qual já fora concedida a sua extradição.

#### *Artigo XI*

O inculpado, que for extraditado em virtude deste Tratado, não poderá ser julgado por nenhuma outra infração cometida anteriormente ao pedido de extradição, nem poderá ser reextraditado para terceiro país que o reclame, salvo se nisso convier ao Estado requerido ou se o extraditado, posto em liberdade, permanecer voluntariamente no Estado requerente por mais de trinta dias, contados da data em que tiver sido solto. Em todo caso deverá ele ser advertido das consequências a que o exporia sua permanência no território do Estado onde foi julgado.

#### *Artigo XII*

Todos os objetos, valores ou documentos que se relacionarem com o delito e, no momento da prisão, tenham sido encontrados em poder do extraditando, serão entregues, com este, ao Estado requerente.

Os objetos e valores que se encontrarem em poder de terceiros e tenham igualmente relação com o delito serão também apreendidos, mas só serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

A entrega dos referidos objetos, valores e documentos ao Estado requerente será efetuada ainda que a extradição, já concedida, não se tenha podido realizar, por motivo de fuga ou morte do inculpado.



Tales agentes, cuando estuvieren en el territorio del Estado requerido, quedarán subordinados a las autoridades de éste, pero los gastos que hicieren correrán por cuenta del Gobierno que los hubiera enviado.

#### *Artículo IX*

La entrega de un individuo reclamado quedará postergada, sin perjuicio de la efectividad de la extradición, cuando una grave enfermedad sobrevenga, impidiendo que, sin peligro de vida, sea transportado al país requirente, o cuando se encuentre sujeto a la acción penal del Estado requerido, por otra infracción anterior al pedido de detención.

#### *Artículo X*

El individuo que, después de entregado por uno al otro de los Estados contratantes lograra substraerse a la acción de la justicia y refugiarse en el territorio del Estado requerido, o pasar por él en tránsito, será detenido, mediante simple requerimiento diplomático o consular, y entregado de nuevo, sin otras formalidades, al Estado al que ya fué concedida su extradición.

#### *Artículo XI*

El inculpado, cuya extradición se hubiera efectuado en virtud de este Tratado, no podrá ser juzgado por ninguna otra infracción cometida anteriormente al pedido de extradición ni podrá ser sujeto a la extradición para un tercer país que lo reclame, salvo si conviniera en eso el Estado requerido, o si el inculpado, puesto en libertad, permaneciera voluntariamente en el Estado requirente por más de treinta días, contados desde la fecha en que hubiera sido suelto. En todo caso, deberá ser advertido de las consecuencias a que le expondría su permanencia en el territorio del Estado donde fué juzgado.

#### *Artículo XII*

Todos los objetos, valores o documentos que se relacionaren con el delito y que en el momento de la prisión hubieran sido encontrados en poder del inculpado, serán entregados, con éste, al Estado requirente.

Los objetos y valores que se encontraran en poder de terceros y tuvieran igualmente relación con el delito serán también aprehendidos, pero sólo serán entregados después de resueltas las excepciones opuestas por los interesados.

La entrega de los referidos objetos, valores y documentos al Estado requirente será efectuada aunque la extradición, ya concedida, no se hubiera podido realizar, por motivo de fuga o muerte del inculpado.

*Artigo XIII*

Quando a extradição de um indivíduo for pedida por mais de um Estado, proceder-se-á da maneira seguinte :

a) se se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território a infração tiver sido cometida;

b) se se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território tiver sido cometida a infração mais grave, a juízo do Estado requerido;

c) se se tratar de fatos distintos, mas que o Estado requerido repute de igual gravidade, a preferência será determinada pela prioridade do pedido.

*Artigo XIV*

O trânsito pelo território das Altas Partes Contratantes de pessoa entregue por terceiro Estado a outra parte, e que não seja de nacionalidade do país de trânsito, será permitido, independentemente de qualquer formalidade judiciária, mediante simples solicitação, acompanhada da apresentação, em original ou em cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

Essa permissão poderá, no entanto, ser recusada, desde que o fato determinante da extradição não a autorize, segundo este Tratado, ou quando graves motivos de ordem pública se oponham ao trânsito.

*Artigo XV*

Correrão por conta do Estado requerido as despesas decorrentes do pedido de extradição até o momento da entrega do extraditando aos guardas ou agentes devidamente habilitados do Governo requerente, no porto ou ponto da fronteira do Estado requerido que o Governo deste indique; e por conta do Estado requerente as posteriores à dita entrega, inclusive as de trânsito.

*Artigo XVI*

Negada a extradição de um indivíduo, não poderá ser de novo solicitada a entrega deste pelo mesmo fato a ele imputado.

Quando, entretanto, o pedido de extradição for denegado sob alegação de vício de forma e com a ressalva expressa de que o pedido poderá ser renovado, serão os respectivos documentos restituídos ao Estado requerente com a indicação do fundamento da denegação e a menção da ressalva feita.

Nesse caso, o Estado requerente poderá renovar o pedido, contanto que o instrua devidamente, dentro do prazo improrrogável de sessenta dias.

*Artículo XIII*

Cuando la extradición de un individuo sea pedida por más de un Estado, se procederá de la siguiente manera :

a) si se trata del mismo hecho, se dará preferencia al pedido del Estado en cuyo territorio la infracción se hubiera cometido;

b) si se trata de hechos diferentes, se dará la preferencia al pedido del Estado en cuyo territorio hubiera sido cometida la infracción más grave, a juicio del Estado requerido;

c) si se trata de hechos distintos, pero que el Estado requerido repute de igual gravedad, la preferencia será determinada por la prioridad del pedido.

*Artículo XIV*

El tránsito por el territorio de las Altas Partes Contratantes de una persona entregada por un tercer Estado a la otra parte y que no sea de la nacionalidad del país de tránsito, será permitido independientemente de cualquier formalidad judicial, mediante simple solicitud acompañada de la presentación, en original o copia auténtica, del documento por el cual el Estado de refugio hubiera concedido la extradición.

Ese permiso podrá, sin embargo, ser negado siempre que el hecho determinante de la extradición no lo autorice según este Tratado, o cuando graves motivos de orden público se opongan al tránsito.

*Artículo XV*

Correrán por cuenta del Estado requerido los gastos resultantes del pedido de extradición, hasta el momento de la entrega del inculpado a los guardas o agentes debidamente habilitados del Gobierno requirente, en el puerto o punto de la frontera del Estado requerido que el Gobierno de éste indique; y por cuenta del Estado requirente los posteriores a dicha entrega, inclusive los de tránsito.

*Artículo XVI*

Negada la extradición de un individuo, no podrá ser de nuevo solicitada la entrega de éste por el mismo hecho.

Sin embargo, cuando el pedido de extradición fuera denegado debido a un vicio de forma y con la reserva expresa de que el pedido podrá ser renovado, serán los respectivos documentos restituidos al Estado requirente, con la indicación del fundamento de la denegación y la mención de la reserva hecha.

En ese caso, el Estado requirente podrá renovar el pedido, siempre que organice el expediente debidamente, dentro del plazo improrrogable de sesenta días.

*Artigo XVII*

Quando a pena aplicável à infração for a de morte, o Estado requerido só concederá a extradição sob a garantia, dada por via diplomática pelo Governo requerente, de que tal pena será convertida na imediatamente inferior.

*Artigo XVIII*

Ao indivíduo cuja extradição tenha sido solieitada por um dos Estados contratantes, ao outro, será facultado o uso de todas as instâncias e recursos permitidos pela legislação do Estado requerido.

*Artigo XIX*

A partir da entrada em vigor do presente Tratado, fica derogado para todos os efeitos o Tratado de extradição entre as duas Partes contratantes firmado no Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1918.

*Artigo XX*

O presente Tratado será ratificado, depois de preenchidas as formalidades legais de uso em cada um dos Estados contratantes e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação a efetuar-se na cidade do Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-lo, em qualquer momento, mas os seus efeitos só cessarão seis meses depois da denúncia.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Tratado em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas espanhola e portuguesa, e neles apuseram os seus respectivos selos, aos 25 dias do mês de Fevereiro de 1938.

[L.S.] M. DE PIMENTEL BRANDÃO

[L.S.] A. OSTRIA GUTIÉRREZ

*Artículo XVII*

Cuando la pena aplicable a la infracción sea de muerte, el Estado requerido sólo concederá la extradición con la garantía, dada por vía diplomática por el Gobierno requirente, de que tal pena será convertida en la inmediatamente inferior.

*Artículo XVIII*

Al individuo cuya extradición hubiera sido solicitada por uno de los Estados contratantes al otro, le será concedido el uso de todas las instancias y recursos permitidos por la legislación del Estado requerido.

*Artículo XIX*

A partir de la fecha en que sea puesto en vigencia el presente Tratado, queda derogado para todos los efectos el Tratado de extradición firmado por las Altas Partes Contratantes en Río de Janeiro, el 3 de Junio de 1918.

*Artículo XX*

El presente Tratado será ratificado, después de llenadas las formalidades legales en cada uno de los Estados contratantes y entrará en vigor un mes después del canje de las ratificaciones, que se efectuará en la ciudad de Río de Janeiro en el más breve plazo posible.

Cada una de las Altas Partes Contratantes podrá denunciarlo en cualquier momento, pero sus efectos sólo cesarán seis meses después de la denuncia.

EN FE DE LO CUAL, los Plenipotenciarios arriba nombrados firman y sellan el presente Tratado en dos ejemplares, cada uno de los cuales en lenguas española y portuguesa, a los 25 días del mes de Febrero de 1938.

[L.S.] M. DE PIMENTEL BRANDÃO

[L.S.] A. OSTRIA GUTIÉRREZ

## TRANSLATION — TRADUCTION

No. 205. EXTRADITION TREATY<sup>1</sup> BETWEEN BRAZIL  
AND BOLIVIA. SIGNED AT RIO DE JANEIRO, ON  
25 FEBRUARY 1938

---

The President of the Republic of the United States of Brazil and the President of the Military Board of Government of Bolivia, desiring to render more effective the collaboration of their respective countries in combating crime, have decided to conclude an Extradition Treaty and for that purpose have appointed as their Plenipotentiaries :

The President of the Republic of the United States of Brazil, Dr. Mario de Pimentel Brandão, Minister of Foreign Affairs of Brazil;

The President of the Military Board of Government of Bolivia, Dr. Alberto Ostria Gutiérrez, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of Bolivia in Brazil;

Who, having exchanged their full powers, found in good and due form, have agreed as follows :

*Article I*

The High Contracting Parties undertake, in conformity with the present Treaty and with the laws in force in each of the two countries, to surrender to each other any persons who are being proceeded against or have been convicted by the judicial authorities of one of the Parties and who are in the territory of the other Party.

Should the person in question be a national of the State to which application is made, the said State shall not be obliged to surrender him,

§ 1. Should it refuse to grant the extradition of its national, the State to which application is made shall be obliged to take proceedings against him, and to try him under its criminal law for the act of which he is accused, if the said act has the character of an offence and is punishable under its penal law.

In such cases the applicant Government shall be responsible for supplying the necessary evidence for the prosecution and trial of the accused, and the final sentence or decision in respect of the case must be communicated to the said Government.

§ 2. Naturalization of the accused, if granted subsequent to the offence in respect of which an application for extradition has been made, shall not stand in the way of such extradition.

---

<sup>1</sup> Came into force on 26 July 1942, in accordance with article XX, the instruments of ratification having been exchanged at Rio de Janeiro on 26 June 1942.

## TRADUCTION — TRANSLATION

**N<sup>o</sup> 205. TRAITÉ<sup>1</sup> D'EXTRADITION ENTRE LE BRÉSIL ET LA BOLIVIE. SIGNÉ A RIO-DE-JANEIRO, LE 25 FÉVRIER 1938**

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil et le Président de la Junte militaire du Gouvernement de la Bolivie, animés du désir de rendre plus efficace la coopération des deux pays dans la lutte contre le crime, ont résolu de conclure un traité d'extradition et, à cet effet, ont désigné pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil, Monsieur Mario de Pimentel Brandão, Ministre d'Etat des Relations extérieures du Brésil;

Le Président de la Junte militaire du Gouvernement de la Bolivie, Monsieur Alberto Ostria Gutiérrez, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de Bolivie au Brésil;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, reconnus en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

Les Hautes Parties contractantes s'engagent, dans les conditions fixées par le présent Traité et en conformité des formalités légales en vigueur dans chacun des deux pays, à se livrer réciproquement les individus poursuivis ou condamnés par les autorités judiciaires de l'une d'entre elles, qui se trouvent sur le territoire de l'autre.

Lorsque l'individu en cause est un national de l'Etat requis, celui-ci n'est pas tenu de le livrer.

§ 1. Lorsqu'il n'aura pas consenti à l'extradition de son national, l'Etat requis sera tenu de le poursuivre et de le juger au pénal pour le fait incriminé, si ce fait a le caractère d'un délit et s'il est punissable en vertu de ses lois pénales.

Dans ce cas, le Gouvernement requérant devra fournir les éléments de preuve nécessaires aux fins de poursuite et de mise en jugement de l'inculpé et il devra recevoir communication de la sentence ou de la décision finale rendue en la matière.

§ 2. Ne fait pas obstacle à l'extradition la naturalisation de l'inculpé, lorsqu'elle est postérieure au fait délictueux sur lequel est fondée la demande d'extradition.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 26 juillet 1942, conformément à l'article XX, les instruments de ratification ayant été échangés à Rio-de-Janeiro le 26 juin 1942.

*Article II*

Extradition shall be granted in respect of offences which, under the laws of the State to which application is made, are punishable by imprisonment of one year or more, and may be granted not only in respect of persons committing the offence and their accomplices, but also in cases where there have been attempts to commit an offence and complicity in the said offence.

*Article III*

Extradition shall not be granted :

(a) When the State to which application is made is competent under its own laws to try the offence;

(b) When the accused has already been or is being tried for the same offence in the State to which application is made;

(c) When proceedings or punishment are barred by reason of time limitation under the laws of the applicant State or of the State to which application is made;

(d) When the person whose extradition is applied for is to be brought before an extraordinary court or judge in the applicant State;

(e) When the offence is strictly political, military, or is of a religious character, or relates to the free expression of thought on such matters.

§ 1. The fact that a political motive or object is alleged shall not prevent extradition if the act committed is primarily an offence at ordinary law.

In such case, if extradition is granted, the handing over of the person concerned shall be subject to an undertaking by the applicant State that the political object or motive will not entail any increase in the penalty.

§ 2. Criminal acts which constitute an open manifestation of anarchy, or are designed to overthrow the bases of all social organization shall not be considered as political offences.

§ 3. The authorities of the State to which application is made shall be the sole judges of the character of the offence in each case.

*Article IV*

When the offence was committed outside the territory of the High Contracting Parties, the application for extradition may be complied with if the laws of the applicant State and those of the State to which application is made authorize punishment of such an offence under such conditions, that is to say, when committed abroad.



*Article II*

Peuvent donner lieu à extradition, tant en ce qui concerne les auteurs et coauteurs que les individus coupables de tentatives ou les complices, les infractions qui, aux termes de la loi de l'Etat requis, sont passibles d'une année de prison ou davantage.

*Article III*

L'extradition ne sera pas accordée :

a) Si, en vertu de sa propre législation, l'Etat requis est compétent pour connaître du délit;

b) Si, pour le même fait, le délinquant a déjà été jugé ou est en cours de jugement dans l'Etat requis;

c) Si l'action ou la peine est déjà prescrite en vertu de la législation de l'Etat requérant ou de l'Etat requis;

d) Si l'individu réclamé est appelé à comparaître devant un tribunal ou un juge d'exception de l'Etat requérant;

e) Si le délit est uniquement militaire ou politique ou de caractère religieux ou s'il a trait à la liberté de pensée dans ces domaines.

§ 1. L'allégation d'une fin ou d'un motif politique n'empêchera pas l'extradition si le fait constitue essentiellement une infraction de droit pénal ordinaire.

Dans ce cas, une fois l'extradition accordée, la remise de l'inculpé sera subordonnée à un engagement par lequel l'Etat requérant donnera l'assurance que la fin ou le motif politique ne contribuera pas à aggraver la peine.

§ 2. Ne seront pas réputés délits politiques, les faits délictueux qui constituent une simple manifestation d'anarchisme ou qui visent à bouleverser les fondements de l'ensemble de l'organisation sociale.

§ 3. Il appartiendra exclusivement aux autorités de l'Etat requis d'apprécier la nature du crime.

*Article IV*

Lorsque l'infraction a été commise hors du territoire des Hautes Parties contractantes, il pourra être fait droit à la demande d'extradition si la législation de l'Etat requérant et celle de l'Etat requis autorisent la répression de ladite infraction dans les conditions indiquées, à savoir lorsqu'elle a été commise dans un pays étranger.

*Article V*

The application for extradition shall be made through the diplomatic channel, or in exceptional cases, in the absence of diplomatic representatives, direct, that is to say, from Government to Government; it shall be accompanied by the following documents :

(a) In the case of persons merely accused of an offence : a copy or a certified duplicate of the warrant of arrest or equivalent document of criminal procedure issued by the competent judge;

(b) In the case of convicted persons : a copy or certified duplicate of the sentence.

Such papers must contain an exact description of the charge, and indicate the date and place at which the offence was committed, and must be accompanied by a copy of the texts of the laws applicable to the case in question and of the laws concerning the barring of proceedings or punishment by time limitation, together with the data or records necessary to establish the identity of the person whose extradition is applied for.

§ 1. Whenever possible, the documents produced in justification of the claim for extradition must be accompanied by a translation in the language of the State to which application is made.

§ 2. Presentation of an application for extradition through the diplomatic channel shall constitute sufficient proof of the authenticity of the documents submitted in support of the application and they shall thus be deemed to have been certified.

*Article VI*

Whenever they consider it desirable, the Contracting Parties may request one another, through their respective diplomatic representatives or direct from Government to Government, to place the accused under preventive detention and to seize objects relating to the offence.

Such requests shall be complied with provided they include a statement of the existence of one of the documents listed in paragraphs (a) and (b) of the preceding Article, and indicate that the offence committed gives rise to extradition under the present Treaty.

In such cases if, within a period not exceeding sixty days from the date on which the State to which application is made received the request for preventive detention of the accused, the applicant State fails to make an official application for extradition accompanied by the necessary official papers, the accused shall be released and his detention for the same offence shall only be allowed as a result of a formal application for extradition accompanied by the documents referred to in the preceding article.

*Article V*

La demande d'extradition sera présentée par la voie diplomatique ou, exceptionnellement, à défaut d'agents diplomatiques, par la voie directe, c'est-à-dire d'un Gouvernement à l'autre; elle sera accompagnée des documents suivants :

a) S'il s'agit de simples inculpés : une copie certifiée ou une expédition du mandat d'arrêt ou d'un acte équivalent de procédure criminelle, émanant du juge compétent;

b) S'il s'agit de condamnés : une copie certifiée ou une expédition du jugement ou de l'arrêt de condamnation.

Ces pièces devront contenir l'indication précise du fait incriminé, du lieu et de la date où il a été commis, et elles seront accompagnées d'une copie tant des textes de loi applicables en l'espèce que des dispositions concernant la prescription de l'action ou de la peine, ainsi que des renseignements ou des documents nécessaires à l'établissement de l'identité de l'individu réclamé.

§ 1. Les pièces justificatives de la demande d'extradition seront, si possible, accompagnées de leur traduction dans la langue de l'Etat requis.

§ 2. La présentation de la demande d'extradition par la voie diplomatique constituera la preuve suffisante de l'authenticité des documents présentés à son appui, lesquels seront ainsi considérés comme légalisés.

*Article VI*

Lorsqu'elles le jugeront désirable, les Parties contractantes pourront requérir l'une de l'autre, par l'intermédiaire de leurs agents diplomatiques respectifs ou directement d'un Gouvernement à l'autre, la mise de l'inculpé en état de détention préventive et la saisie des objets ayant un rapport avec le délit.

Il sera fait droit à cette demande à condition qu'elle mentionne l'existence de l'un des documents énumérés aux alinéas *a* et *b* de l'article précédent et qu'elle indique que l'infraction commise donne lieu à extradition en vertu du présent Traité.

Dans ce cas, si au cours du délai maximum de soixante jours, calculé à partir de la date à laquelle l'Etat requis a reçu la requête de mise en détention préventive de l'inculpé, l'Etat requérant ne présente pas une demande formelle d'extradition dûment fondée, le détenu sera remis en liberté et une nouvelle demande de détention pour le même fait ne sera admise que si elle est jointe à la demande formelle d'extradition, accompagnée des documents visés à l'article précédent.

*Article VII*

Once extradition has been granted, the State to which application is made shall immediately notify the applicant State that the person to be extradited is at its disposal.

If within sixty days from the date of such communication, the person to be extradited has not been handed over, the State to which application is made shall release him and shall not arrest him again for the same offence.

*Article VIII*

The applicant State may send to the State to which application is made, with the previous consent of the latter, duly authorized agents either to assist in establishing the identity of the person to be extradited, or to conduct him to the territory of the applicant State.

When in the territory of the State to which application is made, such agents shall be subordinate to the authorities of the latter, but their expenses shall be defrayed by the Government responsible for sending them.

*Article IX*

If a person whose extradition is applied for becomes so seriously ill as to be unable to travel without endangering his life, or if he is liable to prosecution in the State to which application is made for another offence committed before reception of the request for his arrest, his handing over may be postponed without prejudice to the validity of the order for his extradition.

*Article X*

A person who, after having been handed over by one of the Contracting States to the other, escapes from justice and takes refuge in the territory of the State to which application is made, or passes through it in transit, shall be arrested on a simple consular or diplomatic request, and handed over again without further formality to the applicant State whose request for his extradition was originally granted.

*Article XI*

Proceedings may not be taken against an accused person extradited under the present Treaty in respect of any other offence committed prior to the application for extradition, nor may he be re-extradited to a third State claiming him unless the State to which application is made consents thereto, or unless the extradited person after his release voluntarily remains in the territory of the applicant State for more than thirty days after the date of his release. In any case, he must be warned of the possible consequences of remaining in the territory of the State in which he was tried.

*Article VII*

Une fois l'extradition accordée, l'Etat requis communiquera immédiatement à l'Etat requérant que l'extradé se trouve à sa disposition.

Si dans le délai de soixante jours à compter de ladite communication, l'extradé n'a pas été livré, l'Etat requis le remettra en liberté et ne l'incarcérera plus pour le même motif.

*Article VIII*

L'Etat requérant pourra envoyer dans l'Etat requis, avec le consentement préalable de celui-ci, des agents dûment autorisés, soit pour aider à établir l'identité de l'individu à extraditer, soit pour le conduire dans le territoire du premier Etat.

Lorsqu'ils se trouveront dans le territoire de l'Etat requis, ces agents seront soumis aux autorités de celui-ci, mais leurs dépenses incomberont au Gouvernement qui les aura envoyés.

*Article IX*

La remise d'un individu réclamé pourra être ajournée, sans préjudice de la validité de l'extradition, s'il est atteint d'une maladie grave au cours de laquelle il ne pourrait être transporté dans le pays requérant qu'au péril de sa vie ou s'il est soumis à l'action pénale de l'Etat requis pour une autre infraction antérieure à la demande de détention.

*Article X*

Si, après avoir été livré par l'un des Etats contractants à l'autre, l'extradé se soustrait à l'action de la justice et se réfugie dans le territoire de l'Etat requis ou traverse cet Etat en transit, il sera placé en état de détention sur simple requête diplomatique ou consulaire et remis à nouveau sans autres formalités à l'Etat auquel son extradition avait déjà été accordée.

*Article XI*

L'inculpé dont l'extradition aura eu lieu en application du présent Traité ne pourra être ni jugé pour aucune autre infraction commise antérieurement à la demande d'extradition ni extradé dans un troisième pays qui le réclamerait, à moins que l'Etat requis n'y consente ou que l'extradé, après sa remise en liberté, ne reste volontairement dans l'Etat requérant pendant plus de trente jours calculés à partir de la date de sa remise en liberté. De toute manière, il devra être averti des conséquences auxquelles l'exposerait son séjour dans le territoire de l'Etat où il a été jugé.

*Article XII*

All objects, securities or documents connected with the offence and found at the moment of arrest in the possession of the person whose extradition is applied for shall be handed over to the applicant State with the said person.

Objects or securities found in the possession of third parties and also connected with the offence shall likewise be seized, but they shall only be handed over after any objections raised by those concerned have been dealt with.

The said objects, securities or documents shall be handed over even if extradition has been granted but cannot be carried out by reason of the escape or death of the accused.

*Article XIII*

When the extradition of a person is applied for by several States, the procedure shall be as follows :

(a) If the applications relate to the same offence, preference shall be given to the State in whose territory the offence was committed;

(b) If there are several offences, preference shall be given to the State in whose territory the State to which application is made holds that the most serious offence has been committed;

(c) If there are several offences which the State to which application is made considers to be of equal gravity, preference shall be determined by priority of application.

*Article XIV*

The conveyance in transit through the territory of one of the High Contracting Parties of a person extradited by a third State to the other Party and who is not a national of the country of transit shall be permitted, without any legal formality, on a simple request accompanied by the original or a certified copy of the document by which the State of refuge granted extradition.

Such authorization may be refused if the offence giving rise to extradition is not covered by the present Treaty, or where serious reasons connected with public order stand in the way of such conveyance in transit.

*Article XV*

The expenses arising out of an application for extradition shall be defrayed by the State to which application is made up to the time when the accused is handed over to guards or agents duly accredited by the applicant Government in the port or at the frontier point of the State to which application is made, as indicated by the Government of that State; expenditure subsequent to such handing over, including the cost of conveyance in transit, shall be defrayed by the applicant State.

*Article XII*

Tous les objets, valeurs ou documents qui se rapportent au délit et qui, au moment de l'arrestation, sont trouvés en la possession de l'extradé, seront livrés en même temps que lui à l'Etat requérant.

Les objets et valeurs trouvés en la possession de tiers et qui se rapportent également au délit seront de même saisis, mais ils ne seront livrés qu'après qu'il aura été statué sur les exceptions opposées par les parties intéressées.

La livraison desdits objets, valeurs et documents à l'Etat requérant sera effectuée même si l'extradition, déjà accordée, n'a pu avoir lieu en raison de la fuite ou du décès de l'inculpé.

*Article XIII*

Lorsque plusieurs Etats demandent l'extradition d'un même individu, il sera procédé de la manière suivante :

a) S'il s'agit du même fait, la préférence sera donnée à la demande de l'Etat sur le territoire duquel l'infraction a été commise;

b) S'il s'agit de faits différents, la préférence sera donnée à la demande de l'Etat sur le territoire duquel a été commise l'infraction que l'Etat requis considérera comme étant la plus grave;

c) S'il s'agit de faits distincts mais que l'Etat requis considère comme étant de gravité égale, la préférence sera déterminée par la priorité de date de la demande.

*Article XIV*

Le transit à travers le territoire de l'une des Hautes Parties contractantes d'une personne livrée par un Etat tiers à l'autre Partie et qui n'aura pas la nationalité du pays de transit, sera autorisé, sans formalités judiciaires, sur simple requête accompagnée de la présentation d'un original ou d'une copie certifiée du document par lequel l'Etat de refuge a accordé l'extradition.

Cette permission pourra, toutefois, être refusée si le fait qui a provoqué l'extradition ne peut donner lieu à extradition aux termes du présent Traité ou si des motifs graves d'ordre public s'opposent au transit.

*Article XV*

Seront à la charge de l'Etat requis les frais résultant de la demande d'extradition jusqu'au moment de la remise de l'extradé aux gardes ou agents dûment habilités du Gouvernement requérant dans le port ou à l'endroit de la frontière de l'Etat requis indiqué par le Gouvernement dudit Etat; seront à la charge de l'Etat requérant les frais postérieurs à cette remise, y compris les frais de transit.

*Article XVI*

Should the extradition of a person be refused, no further application in respect of the same offence may be made.

Nevertheless, if the application for extradition was rejected for reasons of incorrect form, and with the express reservation that the application may be renewed, the documents in the case shall be returned to the applicant State together with a statement giving the reasons for the refusal to grant extradition and mentioning the reservation made.

In such case, the applicant State may renew its application, always provided that it is drawn up in due form, within a period of sixty days, no extension of this period being allowed.

*Article XVII*

Should the death penalty be applicable to the offence, the State to which application is made shall only grant extradition subject to a guarantee given through the diplomatic channel by the applicant Government that such penalty shall be commuted to the next most severe penalty.

*Article XVIII*

The person whose extradition is claimed shall be entitled in the State to which application is made to all legal rights and recourses authorized by the legislation of that State.

*Article XIX*

As soon as the present Treaty enters into force, the Extradition Treaty between the two Contracting Parties signed at Rio de Janeiro on 3 June 1918 shall be rescinded for all purposes.

*Article XX*

The present Treaty shall be ratified after the customary legal formalities in each of the Contracting States have been complied with, and shall come into force one month after the exchange of the instruments of ratification, which shall take place as soon as possible at the city of Rio de Janeiro.

Either High Contracting Party may denounce it at any time, but it shall only cease to have effect six months after denunciation.

IN FAITH WHEREOF the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Treaty in duplicate Spanish and Portuguese texts, and have thereto affixed their seals on the 25th day of February 1938.

[L.S.] M. DE PIMENTEL BRANDÃO

[L.S.] A. OSTRIA GUTIÉRREZ



*Article XVI*

Lorsqu'elle aura été refusée, l'extradition d'un individu ne pourra plus être demandée pour le même motif.

Néanmoins, si la demande d'extradition a été rejetée pour vice de forme et avec la réserve expresse que la demande pourra être renouvelée, les documents correspondants seront restitués à l'Etat requérant avec l'indication du motif du rejet et la mention de la réserve faite.

Dans ce cas, l'Etat requérant pourra renouveler la demande, étant entendu qu'il devra le faire dans les formes prescrites dans un délai de soixante jours qui ne pourra être prorogé.

*Article XVII*

Si l'infraction est passible de la peine de mort, l'Etat requis n'accordera l'extradition que si le Gouvernement requérant lui donne par la voie diplomatique l'assurance que cette peine sera commuée en la peine immédiatement inférieure.

*Article XVIII*

L'individu dont l'extradition sera demandée par l'un des Etats contractants à l'autre pourra user de toutes les voies de droit et de recours prévues par la législation de l'Etat requis.

*Article XIX*

A partir de l'entrée en vigueur du présent Traité, sera abrogé dans tous ses effets, le Traité d'extradition entre les deux Parties contractantes, signé à Rio-de-Janeiro le 3 juin 1918.

*Article XX*

Le présent Traité sera ratifié après l'accomplissement des formalités légales en usage dans chacun des Etats contractants et il entrera en vigueur un mois après l'échange des instruments de ratification qui aura lieu à Rio-de-Janeiro, aussitôt que faire se pourra.

Il pourra être dénoncé à tout moment par chacune des Hautes Parties contractantes, mais ses effets ne cesseront que six mois après la dénonciation.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires susnommés ont signé le présent Traité, en deux exemplaires, l'un et l'autre en langue portugaise et en langue espagnole, et l'ont revêtu de leurs seaux respectifs, le 25 février 1938.

[L.S.] M. DE PIMENTEL BRANDÃO

[L.S.] A. OSTRIA GUTIÉRREZ

